



Violeta Parra, *Os Conquistadores*, 1964. Juta tingida e bordada com lã, 134,5 x 179 cm.

9 Artigo

Repensando a riqueza e a pobreza na sociedade capitalista¹

Henrique Pereira Braga²

Resumo // O propósito deste artigo é discutir a relação entre a riqueza e a pobreza na sociedade capitalista, a partir de uma leitura crítica das reflexões hegemônicas, tanto no debate brasileiro quanto na discussão internacional, sobre a desigualdade de renda e riqueza e as medidas de pobreza. Ao contrário dessas formulações, mostra-se, amparado na crítica da economia política de Marx, que esses não são fenômenos apartados, mas sim que a produção da riqueza capitalista engendra a degradação da vida social, de forma que a superação desta contradição exige a mudança no próprio modo de produção da vida social.

Palavras-chave // Riqueza; Pobreza; Capitalismo Contemporâneo.

1 O presente trabalho é uma versão modificada de Braga (2018; 2022).

2 Doutor em ciências econômicas pelo IE/Unicamp, é professor adjunto do Departamento de Economia da Ufes e pesquisador do PPGE/UFF.

Introdução

Nas últimas duas décadas, a sociedade brasileira passou por consideráveis transformações. O Brasil iniciou a década de 2000 com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, visto por muitos como um representante dos anseios das camadas populares por uma vida mais digna – desde acesso a uma renda mínima para sobrevivência, à escola, à luz, à água potável até à formação universitária para os filhos e, assim, a possibilidade de alguma ascensão social. Até o final da década de 2000 esse sonho parecia possível, uma vez que o país apresentava indicadores econômicos que sugeriam a consolidação do seu protagonismo econômico na América Latina, chegando-se até a acreditar num protagonismo global, acompanhado da China, Rússia, África do Sul e Índia, rumo a um bloco econômico (Brics) capaz de rivalizar com os países da OCDE.

O apagar das luzes da década de 2010 mostra um outro Brasil. A crise econômica que o país enfrenta desde 2015 teve sérios efeitos para a vida da população. Esses últimos anos registram, inclusive, alguns dos piores indicadores econômicos da história recente do país (Sampaio Jr., 2017; Carvalho, 2018). O final da década marca a chegada ao poder de uma figura representativa do movimento popular de extrema direita, uma manifestação da autocracia como forma de organização do poder (Fernandes, 1975), e a esperança do início do novo século parece ter dado lugar ao ódio e ao ressentimento (Pinheiro-Machado; Scalco, 2020). Se esses efeitos negativos foram alimentados por uma parcela da sociedade brasileira pelos sonhos não atingidos nos últimos anos ou pela frustração de alguns com os sonhos realizados por aqueles que não deveriam sequer sonhar, ou pela combinação de ambos, é uma questão com respostas ainda parciais.

Seja como for, nos debates sobre as transformações que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, os temas da desigualdade de renda e da concentração de riqueza são centrais. A título de comparação, o Índice de Gini da distribuição de renda brasileira, calculado pelo Banco Mundial por meio de pesquisas domiciliares amostrais, era, em 2001, 58,4, enquanto, em 2018, ficou em 53,9, sendo o menor indicador o ano de 2015, com 51,2. Quando comparado à Rússia, um dos poucos países dos Brics com dados disponíveis no Banco Mundial, evidencia-se o tamanho da discrepância: a antiga república soviética passou de 36,9 para 37,5, no mesmo período. (World Bank Group, 2020). Esses dados sugerem, por um lado, uma diferença considerável no Índice de Gini entre os dois países,

sendo o Brasil um país mais desigual; e, por outro lado, nota-se uma queda do índice no Brasil e uma pequena elevação da desigualdade de renda no contexto russo.

Apesar da elevadíssima desigualdade de renda no Brasil, a análise dos dados das pesquisas domiciliares amostrais, realizada por Hoffmann *et al.* (2018), indicam que essa desigualdade declinou de forma acentuada principalmente entre 2001 e 2014, sendo que, a partir de 2015, o declínio cessou. O declínio foi interrompido, segundo o autor, pela crise econômica que piorou o mercado de trabalho – a taxa média de desocupação de 2014, por exemplo, fechou em 4,8% enquanto no ano seguinte a taxa média de desempregados foi de 9,6% – e, por conseguinte, contribuiu para o declínio da renda de parte da população e para o aumento da renda dedicada ao pagamento de dívidas. Isso porque o crescimento econômico brasileiro ocorrido desde 2004 – com uma breve interrupção durante a crise financeira de 2008 – foi, segundo Hoffmann *et al.*, baseado na expansão do consumo, decorrente da elevação da renda e do crédito. Este crescimento, de certo modo, pode ser explicado pela elevação do salário mínimo e de maiores garantias proporcionadas pelo emprego com carteira de trabalho assinada (Baltar, 2015).

Ao combinar as “pesquisas domiciliares amostrais com as informações detalhadas sobre as declarações do imposto de renda” do Brasil para o período de 2001-2015, Morgan (2017) sugere que a mudança na distribuição da renda brasileira ocorreu de outra forma: uma maior concentração no topo (1% mais ricos e 10% mais ricos) e uma ligeira melhora na renda dos “50% de baixo”, enquanto os 40% restantes declinaram sua participação na renda nacional. Em seu argumento, esses dados dão pistas da manutenção da concentração da renda nas últimas duas décadas, modificando o lugar da camada média no conjunto desta distribuição. Essa camada passou a ficar mais próxima dos “50% de baixo”, que, como bem observa Morgan, possuem “um comando extremamente baixo sobre a renda [nacional]”. Em resumo, nesse início de século XXI, o país pareceu ter passado por uma queda da desigualdade de renda quando, de fato, ocorreu um processo de manutenção da concentração de renda dos mais ricos.

Analisando os dados anuais do Imposto de Renda de Pessoas Físicas no período de 1926 até 2013 e olhando atentamente para a renda dos mais ricos no Brasil, Souza (2018) demonstra a estabilidade, durante o período analisado, da renda recebida pelos ricos. Por ricos, os autores definem aqueles cuja renda está entre o “0,01% aos 15% do topo” da distribuição da renda nacional. A participação

desta parcela da população na renda nacional ficou entre 20% e 25%, o que evidencia a permanência da concentração da renda (Souza, 2018, p.26; 369-370). Esse estudo chama atenção para um aspecto relevante acerca das mudanças políticas e da distribuição da renda no topo: nos momentos em que a participação dos mais ricos na renda atingiram sua menor proporção, verifica-se grandes reviravoltas políticas e institucionais e, nos anos seguintes, a participação na renda nacional dos mais ricos voltava a subir (Souza, 2018, p.370-371). Trata-se de indício de que as elites brasileiras, com amplo apoio das classes médias, fazem questão de controlar os processos de mudança social, de modo a não alterar os interesses das camadas acostumadas à estabilidade (Fernandes, 1975).

Nos estudos de Morgan (2017) e Souza (2018) é possível notar uma mudança na interpretação da distribuição de renda brasileira, quando comparada à interpretação de Hoffmann *et al.* (2018), uma mudança que podemos atribuir ao ponto de vista metodológico que passou a ser adotado com novos dados de Imposto de Renda divulgados.³ Em vez de considerar somente os dados das pesquisas de amostra por domicílio – em grande parte declaratórios e, por isso, subestimados para as rendas mais altas –, os pesquisadores vêm analisando também os dados de renda nacional e das declarações anuais do Imposto de Renda, que são realizadas pelas famílias que estão mais próximas ao topo da pirâmide de distribuição. Esse novo suporte metodológico-estatístico conduz a uma maior precisão sobre o quão desigual é a distribuição de renda brasileira – e sua relação com a distribuição da “riqueza” – e, nas últimas duas décadas, é possível observar qual camada social perdeu mais de seu poder de compra.

À medida que mostra a complexidade da distribuição da renda em certa sociedade, a mudança metodológica representa um avanço analítico considerável, que não deixa de colocar um conjunto de questões para o debate teórico e para o debate público mais amplo. Uma das questões diz respeito à compreensão de riqueza e de pobreza que acompanha essa figuração do problema da desigualdade de renda. Pois considerando somente o debate estatístico em si, o conceito de riqueza (ou de pobreza) do qual parte a formulação dos indicadores coloca o problema de quais fontes de renda são capturadas pelas estimativas e quais passam despercebidas, estabelecendo um primeiro limite desta compreensão da desigualdade de renda. Na pesquisa amostral, por exemplo, pode-se dizer menos do que se ganha; enquanto essa declaração pode ser ajustada com o uso do

3 Cabe mencionar que, até 2014, estes dados não eram acessíveis para pesquisa acadêmica.

Imposto de Renda, ele não dá conta das manobras contábeis, da evasão fiscal e, principalmente, assume que a renda nacional está distribuída entre os indivíduos, deixando de lado as próprias empresas. O que sugere, para o caso brasileiro, que a desigualdade é subestimada e que a concentração de renda é até maior do que se constata hoje.

Uma revisão do debate global sobre riqueza e pobreza

Mesmo com suas insuficiências, os resultados empíricos obtidos a partir desta mudança metodológica-estatística vêm repercutindo de forma importante no debate, sendo central para a discussão a publicação do livro *Capital in the twenty-first century*, de Thomas Piketty (2014). Nele, o autor descreve o comportamento da “desigualdade” de renda e de riqueza no século XX, analisando dados de alguns países europeus mais desenvolvidos e dos Estados Unidos, e aponta algumas tendências nesse começo de século XXI, como o aumento geral da desigualdade de renda. Em linhas gerais, Piketty argumenta que tal desigualdade cresceu porque o retorno sobre a riqueza acumulada no passado está crescendo, desde os anos 1970, mais rápido do que o produto e a renda correntes, transformando os empresários em rentistas, cada vez mais dominantes sobre quem apenas detém o trabalho. Essa situação, para Piketty (2014, p.571-572), tende a comprometer a coesão social.

Sem entrar nos méritos dessa controversa conclusão, note-se que, logo no início do seu livro, Piketty (2014, p.48) define o conceito de riqueza do qual parte sua análise da distribuição da renda e da riqueza: “intercambio as palavras ‘capital’ e ‘riqueza’, como se elas fossem perfeitamente sinônimos”. Nestes termos, cabe perguntar: o que o economista francês conceitua como capital? Segundo ele,

[...] capital é definido como a soma total dos ativos não humanos que podem ser propriedade e alienados em algum mercado. Capital inclui todas as formas de propriedade real, incluindo propriedade residencial, bem como capital financeiro e profissional (plantas, infraestrutura, máquinas, patentes etc.) usados pelas firmas e agências governamentais. (Piketty, 2014, p.46 – tradução nossa)

Se o capital é propriedade sobre coisas que podem ser comercializáveis e gerar renda aos seus proprietários, pode-se concluir que a desigualdade de riqueza reside na discrepância, entre as famílias, da propriedade desses ativos transacionáveis no mercado. Não por acaso, o autor propõe a tributação do capital ou da riqueza como solução para frear o aumento recente da desigualdade de renda. (PIKETTY, 2014, p.496-497) Em seu mais recente livro, *Capital and Ideology*, Piketty (2020, p.967) formula uma proposta mais ousada: instituir a propriedade privada não permanente. Isso significa, em poucas palavras, uma distribuição da propriedade que provocaria um recorrente início geracional para que somente aqueles com méritos produtivos venham a ter “riqueza” e, por conseguinte, a desigualdade inerente a cada humano e seu esforço seriam os atributos determinantes da desigualdade de renda e de riqueza, não mais a riqueza herdada.

Esse modo de conceituar a riqueza está presente também em estudos globais de desigualdade de riqueza e de renda, como, por exemplo, o estudo de Lakner & Milanovic (2015), em que eles estimaram a distribuição global da renda interpessoal por meio da combinação de pesquisas domiciliares amostrais em diversos países. Em sua conclusão, no período de 1988 a 2018, a desigualdade interpessoal de renda aumentou. Sem entrar nos méritos desta conclusão, observa-se que os autores justificam sua pesquisa não apenas com base na globalização, mas também no tratamento “igual” das pessoas ao redor do globo: “[...] nosso interesse na desigualdade interpessoal global está fundado sobre a preocupação do bem-estar individual, que trata as pessoas do mesmo modo, independente do seu país de residência [...]” (LAKNER; MILANOVIC, 2015, p.204).

Embora afirmem, na sequência do argumento, conhecerem os problemas “filosóficos” dessa abordagem “cosmopolita”, o objetivo central dos autores é registrar que é incontornável pensar em uma solução global para enfrentar este problema. É também nessa linha que está inserido o trabalho de Atkinson (2015), para quem a crescente desigualdade, apontada pelos autores já mencionados, tem origem nos sistemáticos alívios tributários aos mais ricos e na desregulamentação trabalhista e financeira, que propiciaram nas últimas décadas um ambiente no qual as diferenças individuais são combinadas com a perpetuação das desigualdades pré-estabelecidas pelas diferenças de “riqueza” herdada. Isso resulta, para o autor, em uma crescente desigualdade de renda entre as famílias.

Em uma síntese, Atkinson sugere que a origem da crescente desigualdade está na “riqueza” acumulada por determinada família passar de geração para

geração sem que seus herdeiros tenham contribuído para a formação da riqueza acumulada e, assim, não tenham como justificar, do ponto de vista do esforço individual, a permanência da propriedade dessa riqueza, resultando numa renda que não tem a ver com seu trabalho.

Para contornar o problema da perpetuação da herança e de seus rendimentos, o autor indica que seria necessária uma tributação capaz de equalizar as riquezas e permitir que o esforço de cada um – consideradas suas dificuldades familiares e sua ascensão independente dos vínculos familiares – venha a garantir seu enriquecimento – i.e., acesso ao padrão de consumo mais elevado. Não se trata aqui de julgar a conclusão de Atkinson, nem sua proposição política. Procura-se, antes, chamar atenção para a compreensão da riqueza da qual tem partido o campo de estudo sobre a desigualdade de renda.

Como vimos até aqui, nesses estudos a riqueza vem sendo definida como o estoque de bens e serviços, medido em termos monetários e transacionáveis no mercado, necessários aos mais variados modos de vida. Não por acaso, a discussão está centrada na melhor maneira de gerenciar esse estoque acumulado pelo conjunto dos indivíduos, de modo que a gerência eficiente desse estoque significaria elevar seus resultados, também em termos monetários, de uma maneira que seria possível ampliar o *poder* de compra, a capacidade de consumo e, com isso, de bem-estar do conjunto da população.

Nesta forma de abordar o problema da desigualdade, não comparece, contudo, o tema da pobreza – a não ser por meio de uma alusão (por exemplo, “50% de baixo”) para nomear certo estrato da distribuição da renda. Ela conforma outro campo de estudo, no qual a “insuficiência de renda” para atingir certo mínimo de bem-estar é estabelecido como métrica para mensurar a evolução da pobreza ao longo do tempo. O organismo internacional responsável por capitanear estes estudos é o Banco Mundial, cujo documento síntese do indicador de pobreza o define como uma medida fixa, 1,90 dólares por dia. (WORLD BANK GROUP, 2016, p.24)

Sem avançar na questão da subestimação do número de pobres acarretado pela linha de 1,90 dólares por dia,⁴ nota-se que a pobreza é mensurada a partir de

4 Como destaca Roberts (2017), a linha estabelecida pelo Banco Mundial é significativamente baixa. Caso seja estabelecida uma linha que permita à população mundial atingir uma expectativa de vida de 70 anos, ela seria de US\$ 7,40 por dia. Assim, em vez de 767 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, haveria 4,2 bilhões de pessoas vivendo em situações precárias.

uma linha estanque de renda, sem qualquer relação com a riqueza e sua produção. Desse modo, predomina a leitura de que ela é um problema dos próprios pobres ou, quando se procura mitigar a pobreza, ela é oriunda das degradantes condições de vida dos pobres, impeditivas de sua inserção na produção de mercadorias.

Entre as várias questões que podem ser formuladas sobre o conceito de riqueza e de pobreza aqui sintetizados, interessa perceber o modo como esses conceitos figuram a condição humana nestas sociedades. Questionar a condição humana em certa sociedade é, afinal de contas, interpelar a forma do ser humano e se perguntar sobre sua especificidade no interior de determinado complexo de relações. Ou seja, é considerar os pressupostos para que certo modo de produção da vida social seja reproduzido. O que também ajuda na compreensão tanto da maneira como é figurada a heteronímia dos seres humanos em certa sociedade, quanto como está fundamentada as formas de distinção social entre os seres humanos. Ainda que tais pressupostos não sejam premissas de uma ou outra teoria, eles são indispensáveis para a adequada compreensão do objeto analisado, estando presentes à revelia dos gostos teóricos dos investigadores (Duayer, 2020).

Pensando a riqueza e a pobreza a partir de Marx

Embora, à primeira vista, essas questões possam ser tomadas como lugares comuns no debate, elas têm o potencial analítico de desnudar as formas como certa sociedade diferencia seus singulares, estabelece clivagens e normatiza horizontes de vida. A saber: *ser rico* ou *ser pobre* coloca a questão de como se está numa ou noutra condição e, do ponto de vista político, do que é possível fazer sobre a segunda condição. Em tais figurações, a pessoa rica ou pobre é distinguida pelo seu nível de “renda”, cujo significado pode ser sintetizado como *poder* de comandar e de dispor sobre as coisas do mundo: *o poder de comprar*. A forma mais acabada do exercício deste poder é, como se sabe, o dinheiro, de maneira que *ser rico* ou *ser pobre* está mensurado pela quantidade de dinheiro que carregamos em nossos bolsos ou nos limites de nossos cartões de crédito.

O pressuposto desta forma de distinção dos seres humanos é, portanto, o processo social por meio do qual as pessoas reproduzem suas vidas. Em sua forma contemporânea, esse modo de produção da vida é nomeado de “capitalismo”. Cada qual a seu modo, os estudiosos da desigualdade de renda fazem suas

análises *a partir do capitalismo*, mas não parecem fundamentar suas explicações do fenômeno da persistente desigualdade de renda no capitalismo. Dito de outro modo, eles partem de certa estrutura social, mas não consideram a própria especificidade desta estrutura, a maneira como ela condiciona a produção humana, tornando imperativa, para qualquer que seja o resultado das atividades humanas, a *forma mercadoria*.⁵

Talvez seja a especificidade da estrutura social contemporânea que estabeleça a tão persistente desigualdade de renda e de riqueza. O que lança a hipótese de que as diferenças entre os países sejam explicadas mais pelo seu lugar no “moderno sistema produtor de mercadorias” (KURZ, 1993, p.161) do que pelos seus arranjos institucionais. Não se trata, com esse argumento, de desprezar as diferenças institucionais entre países, mas de ressaltar o enquadramento global dos países e, assim, a dinâmica que atravessa a todos, pelo menos, desde a formação e consolidação do mercado mundial, no final do século XVIII.

Ao levantar essas questões, a contribuição deste artigo para o debate é, por assim dizer, meta-teórica: expõe uma leitura das estruturas que moldam as relações sociais contemporâneas, mostrando sua contribuição para explicar a persistência das desigualdades – incluso a de renda – na sociedade contemporânea. Para tanto, o esforço teórico é o de apresentar a compreensão da riqueza e da pobreza de Karl Marx (1818-1883), ressaltando como ela é capaz de explicar as estruturas que moldam as relações sociais contemporâneas. O argumento chave é o de que a teoria social crítica formulada pelo autor tanto fundamenta *no capitalismo* o fenômeno, constatado empiricamente por diversos estudiosos, da persistente desigualdade de renda e de riqueza, cujo caso brasileiro está dentre os mais expressivos; quanto indica como o próprio capitalismo proporciona as condições materiais para a superação (*Aufhebung*) deste fenômeno.⁶

Para alcançar o objetivo proposto, são recuperados alguns dos principais escritos de Marx dedicados à crítica da economia política que, a partir de suas

5 A título de exemplo, pode-se contrastar a forma mercadoria com as dádivas, uma das maneiras mais difundidas do intercâmbio humano em sociedade não capitalistas, nas quais os objetos são produzidos como partes de si mesmo em relação com o outro, de forma que não há como produzir uma abstração sobre esses objetos – eles estão embebidos nas próprias relações sociais. (LIPUMA & POSTONE, 2020).

6 O que justifica, seguindo as palavras de Postone (2015, p. 4), a retomada da crítica de Marx ao capitalismo, uma vez que se trata de uma crítica “do âmago da formação social que é geradora de uma dinâmica peculiar de identidade e não identidade, que aponta para além de si mesma enquanto reafirma a si mesma”.

descobertas, publicações e ampla circulação após a Segunda Guerra Mundial, impactaram de maneira decisiva a interpretação da sua própria teoria crítica da sociedade. Entretanto, cabe perguntar: por que voltar aos escritos de Marx, intelectual alemão formado a partir de uma leitura rigorosa da filosofia clássica alemã combinada com extensa leitura dos autores da economia política, para refletir sobre o problema da riqueza e da pobreza na sociedade capitalista?

Como se sabe, Marx elaborou, em sua crítica da economia política, uma compreensão da sociedade capitalista que apreende seus nexos causais, mostrando como suas partes componentes formam um conjunto irreduzível, seja às partes seja ao próprio todo, que, no caso da sociedade em exame, compõe um movimento contraditório posto pelas práticas sociais, o qual reproduz essa estrutura de práticas ao mesmo tempo em que engendra as *condições* objetivas e subjetivas para sua superação.⁷

Tal movimento contraditório é expresso nos fenômenos cotidianos da sociedade do capital, sendo um deles a abundância material, concentrada em poucas mãos, em meio às dificuldades de muitos para assegurar um padrão mínimo de vida – isto é, alimentação nutritiva, vestimenta, habitação, letramento e, não menos importante, saúde. Essa contradição salta aos olhos de Marx logo em seu primeiro escrito de crítica à economia política, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (doravante *Manuscritos*), no qual o autor começa mostrando como a economia política retrata as denominadas três fontes da “renda nacional”: o trabalho, o capital e a propriedade fundiária. O destaque deste trecho inicial dos *Manuscritos* está no retrato da condição aviltante dos trabalhadores, embora o “trabalho” seja enaltecido pelos economistas políticos, como a primeira fonte da riqueza. (Marx, 2004, p.23-38)

O ponto de partida fundamental nos *Manuscritos* é a constatação de Marx (*Ibid*, p.79-80) de que a economia política não explica justamente o condicionante social último para a existência do trabalho assalariado e da propriedade privada, as fontes da riqueza. Tal condicionante é, para o autor, o estranhamento ou a alienação.⁸ Ao afirmar ser esse o fundamento da sociedade burguesa, o autor

7 Condições estas que, indica Postone (2003, p.37), podem ou não serem efetivadas e, sobretudo, não estão dadas *a priori* no próprio processo social capitalista, como se fossem uma natureza de certa classe social.

8 Conforme observa Mészáros (1972, p.14-15; 313 – nota 3) o termo estranhamento (ou alienação) é, em Marx, carregado de complexidade, porque procura figurar a diferença nas relações entre o homem, a natureza, os demais homens a fim de apontar de que forma elas configuram uma dominação – isto é, uma degradação dos seres humanos e, por conseguinte, da própria natureza.

passa o restante do trabalho argumentando que esse fundamento resulta das próprias relações entre os humanos, ao contrário de ser resultado de relações divinas, de modo que sua superação passa por uma transformação das relações sociais de tal envergadura que o estranhamento deixe de ser seu fundamento. Com isso, ele sugere que o estranhamento está presente em todas as sociedades de classes. Em meio a essa constatação e proposição de superação, o autor reforça seus argumentos, retoma pontos e apresenta fragmentos importantes para a compreensão do estranhamento.

De maneira sintética, esse fundamento pode ser explicado do seguinte modo: a cisão entre os humanos em classes sociais – nas quais se verificam, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro lado, os humanos na posição de trabalhadores – tem por fundamento o estranhamento, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores, frente aos resultados da sua atividade, ao ato de efetivação dessa atividade, ao gênero humano e para com cada um dos humanos. Assim, os humanos tomam os demais e a natureza como objetos externos e estranhos – i. e., somente como meios para a realização de determinada finalidade, cujo modo de execução e o sentido escapam a si próprios –, de forma que sua atividade ou a apropriação dos resultados da atividade não contribui para o desenvolvimento de sua maestria (não é um fim em si mesma), mas tão somente para seu desgaste, com o objetivo de produzir objetos para a fruição imediata por outro (MARX, p.23-25; 80-87; 89-90).

Na sociedade em que a propriedade privada assume a forma de propriedade privada passível de compra e venda (MARX, p.74-77) e o trabalho toma a forma de trabalho assalariado – compra e venda da capacidade de trabalho como meio de vida –, ocorre, de acordo com Marx, o máximo desenvolvimento do estranhamento, uma vez que a degradação dos humanos na posição social de trabalhadores assalariados e o contraste de tal deterioração com a riqueza social por eles produzida seria de tal envergadura que marcaria a vida do trabalhador assalariado como vida para o trabalho. Essa posição social explica, para Marx, porque o trabalho é estabelecido pela economia política como fonte primeira de toda a riqueza, embora seja necessário, segundo os próprios economistas, que os trabalhadores recebam somente o suficiente para a sua subsistência. (MARX; p.23, 82-83)

Sua contraparte, os proprietários privados, seriam os possuidores dessa riqueza acumulada, da qual fruem na forma do *ter* e não na forma do *ser* (Fromm,

1961). Ou seja, não enriquecem a si mesmos, pois se trata de um conjunto de objetividades externas e estranhas, mas enriquecem o próprio poder social constituído na forma do dinheiro, que a tudo pode comprar (MARX, p.107-108).⁹

A abolição do estranhamento não significa, é importante indicar, a generalização da propriedade da abundância material *externa, estranha* (alienada), à qual Marx denomina de “riqueza material coisal”. Ao contrário, a superação do estranhamento exige a apropriação dessa riqueza por meio do enriquecimento dos humanos – o gênero e seus singulares. O próprio processo de produção (ou as atividades que envolvam sua produção) deve ser constituído de forma a ampliar a maestria dos humanos, de maneira que as objetividades, embora sempre exteriores, não serão estranhas porque realizadas a partir da sua interiorização pelos humanos. Assim, a apropriação não é a socialização dos resultados da produção ou do controle do modo de produzir pelo Estado, pois, tanto num caso como no outro, o que se universalizou foi o estranhamento.

A superação dessa realidade social degradante para os humanos, seja porque têm sua vida transformada em trabalho, seja porque seu horizonte é apenas o enriquecimento do mundo objetivo expresso no poder do dinheiro, exige, portanto, a superação do estranhamento por meio da apropriação da força social de produção constituída a partir dessa deterioração das relações sociais. Tal força, para Marx, constitui-se como “capital” (MARX, 2004, p.86-87;91).

A partir desta síntese dos *Manuscritos*, pode-se afirmar que, neste escrito, Marx explicita que o processo de produção da abundância material como degradante dos humanos, de modo que o crescimento dessa riqueza constitui o cerne do empobrecimento da vida social. Com o desenvolvimento do conceito de capital, nos *Esboços para a Crítica da Economia Política (Grundrisse)*, manuscritos econômicos de 1857-1858, o autor qualifica que o estranhamento que ocorre na sociedade burguesa advém de uma relação social específica, apreendida por meio do conceito de “capital”. Com isso, o meio para a superação do estranhamento assume a necessidade de efetivação de outro modo de vida, no qual o

9 Tal enriquecimento do mundo objetivo, que se expressa num crescente poder do dinheiro, faz deste último o meio pelo qual se pode acessar as proezas humanas, fazendo do possuidor do dinheiro o efetivo proprietário de tais façanhas, mesmo que não possua nenhum dom por si só. Parece, assim, que tem as propriedades desenvolvidas em seu próprio ser, quando não as possui. A esse respeito, ver Marx (2004, p.107-108; 139-140; 159). Essa compreensão do dinheiro e de sua relação com o estranhamento, cabe notar, será retomada quando o autor discute o fetiche da mercadoria e do dinheiro no *Capital*. A esse respeito, conferir Marx (2013, p.146-158; 161-167).

desenvolvimento da individualidade humana seja o fundamento da riqueza, o que exige a abolição do capital.

Do ponto de vista da interpretação do pensamento de Marx, os esboços reunidos nos *Grundrisse* proporcionaram material para a compreensão da relação entre os *Manuscritos* e *O capital*, uma vez que explicitam as mudanças e as continuidades do autor em sua crítica à economia política. Pelo menos dois aspectos dessa crítica de Marx podem ser destacados como pontos de contato entre esses escritos, mostrando certa *unidade* do pensamento do autor em meio a inevitável incompletude e mudança. Trata-se do avanço do autor na crítica ao conceito de “capital”, tal como formulado pela economia política, e, por conseguinte, a sua qualificação da natureza do *estranhamento* na sociedade burguesa.

Dividido em duas partes – a primeira dedicada ao “Dinheiro”, e a segunda dedicada ao “Capital” –, os *Grundrisse* têm por fio condutor a demonstração de que a especificidade da sociedade burguesa está no seu processo de produção, norteado pela produção de determinada riqueza, de forma que as relações de troca são, nas mais variadas formas do dinheiro, adequadas a esse processo. (Marx, 2011, p.53) Ao iniciar pela polêmica com a economia política e com os socialistas franceses seguidores de Proudhon, o autor procura demonstrar que as mudanças (ou reformas) sociais centradas somente na alteração da forma da troca (abolição do dinheiro, dinheiro trabalho, bônus horários, etc.) não resolveriam as mazelas sociais produzidas pela sociedade burguesa. Isso porque, para Marx, o processo de troca centrado no dinheiro não caracteriza essa sociedade. É seu componente importante, mas não constitui sua especificidade (MARX, 2011, p.95-96).

Para delinear a característica específica à sociedade burguesa, Marx sugere que suas relações sociais (burguesas) são caracterizadas pela independência pessoal e pela dependência coisal. Ao contrário de ser uma sociedade baseada na dependência pessoal, em que nossa posição social é estabelecida a partir do grau de parentesco, dos preceitos religiosos e/ou do domínio direto sobre outros grupos sociais, na sociedade burguesa são as relações entre os produtos dos trabalhos de cada produtor individual que medeiam nossas relações. (MARX, 2011, p.104-107) Assim, os produtores individuais participam da produção social na proporção em que contribuem para essa produção (ou se apropriam da produção de outro) – contribuição essa medida pelo tempo de trabalho consubstanciado nos valores de uso produzidos, por eles, para a troca, e expressa no quanto cada um carrega “[...] em seus bolsos” (MARX, 2011, p.105).

Para a instauração desse padrão de relação social, Marx assinala a ocorrência de uma mudança substantiva nas relações humanas. Além do crescimento do comércio, da indústria, dos transportes, das comunicações, etc. – em suma, do intercâmbio humano na forma do “negócio” –, verifica-se a expropriação dos humanos, na posição social de trabalhadores, dos meios de produção e dos meios de subsistência, marcado pela transformação da terra em propriedade privada móvel – isto é, passível de compra e venda. (MARX, p.215-216).

Tal expropriação mudou radicalmente a natureza do intercâmbio humano, pois, ao estabelecer a atividade humana tornada coisa como o meio de acesso à produção social, relegou as relações pessoais ao segundo plano. Assim, os humanos são estabelecidos como independentes entre si – “livres e iguais” perante a lei – para trocarem suas coisas – mesmo que a única coisa que possuam seja a si mesmos, sua própria capacidade de trabalho, produzindo a coisificação dos humanos (MARX, 2011, p.215-216).

Com a instituição do trabalho assalariado junto com determinado grau de intercâmbio humano ocorreu uma transformação nas relações humanas, característica de um processo social de produção que Marx procura apreender com a categoria capital. Em crítica à noção da economia política de que capital são as coisas (instrumentos de trabalho, máquinas, etc.) que medeiam o processo de trabalho e proporcionam certo rendimento, o autor argumenta que o capital é o movimento contraditório da produção do “valor de troca” consubstanciado em valores de uso. Nesse sentido, o capital assume várias formas ao longo desse movimento, porque ele é a reprodução do valor de troca que, enquanto tal, necessita da forma do uso para continuar a existir (mesmo que o uso seja representar valores de troca, como o dinheiro) (MARX, 2011, p.211-213).

Tal movimento de reprodução do valor de troca é explicado pela unidade entre o processo de produção e o de circulação de mercadorias. Neste último, ocorre a troca entre iguais: o representante do capital se apropria da força de trabalho, que recebe o suficiente para se reproduzir na posição social de trabalhador (MARX, 2011, p.222). Na produção, por seu turno, a relação de troca acontece quando a força de trabalho é posta para trabalhar. Durante esse tempo, trabalha-se além do tempo necessário à sua reprodução – i. e., o valor de troca pelo qual foi contratada –, resultando num tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capital, uma vez que tal tempo assume a forma de valores de troca consubstanciados em valores de uso (MARX, 2011, p.251-254).

Vendidos, tais valores de troca devem novamente assumir a forma da força de trabalho e dos meios de produção, recompondo o movimento. Porém, o representante do capital, que está atento a essa necessária unidade, procura recompor o movimento, sempre que possível, em escala ampliada, pois sua participação na riqueza social advém do *quantum* de trabalho que “ele produz” frente ao *quantum* de trabalho produzido pelo conjunto social. Assim, para Marx, o enriquecimento ocorre por meio da crescente produção e realização de valores de troca consubstanciados em valores de uso, em que seja ampliada a quantidade de valor a mais frente aos valores adiantados para a produção.

Justamente no movimento de contínua reprodução ampliada do valor de troca, reside, como nota o autor, a contradição desse processo de produção que abre a possibilidade para sua superação em direção à emancipação humana. Pois para ampliar o tempo de trabalho excedente em escala crescente, o capital engendra a elevação do intercâmbio humano, de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho frente ao tempo de trabalho excedente. Contudo, cada nova elevação do intercâmbio humano diminui um já reduzido tempo de trabalho necessário, provocando uma pequena elevação do tempo de trabalho excedente (MARX, 2011, p.263-278). Por consequência, o crescimento da quantidade de tempo de trabalho apropriada como excedente tende a ser cada vez menor e, na sociedade burguesa, não poderá ser nulo, já que o crescimento do valor de troca ocorre sobre o trabalho vivo (MARX, 2011, p.267).

A explicação de Marx para essa tendência reside na transformação histórica do modo de trabalho, na medida em que a elevação das “forças produtivas do trabalho” tem um salto vertiginoso com a passagem do processo de trabalho da manufatura para a grande indústria. Concomitante a esse salto, ocorreu o estabelecimento – por meio de intensa e sangrenta luta dos trabalhadores – do limite à jornada de trabalho diária.

Na manufatura, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo próprio trabalhador, de forma que o decréscimo do tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias é dependente de sua destreza, da divisão do trabalho unilateral e maquinal e da organização do processo de trabalho (MARX, 2011, p.486-488). Na grande indústria, por sua vez, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo sistema de máquinas, de modo que a divisão do trabalho manufatureiro e seu princípio de organização são mantidos, ainda que a força de trabalho seja reduzida à posição de apêndice da máquina – i. e., mais

uma de suas engrenagens de produção (MARX, 2011, p.580-583). Como resultado, a redução no tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho pode ser ampliada sem o limite natural da destreza da própria força de trabalho, expandindo o tempo de trabalho excedente por meio não apenas da contínua e extensa jornada de trabalho, mas também pelo aumento da sua intensidade, elevando sua produtividade.

Como o crescimento da riqueza social burguesa, sob a grande indústria, ocorre pela redução do tempo de trabalho necessário frente ao tempo de trabalho excedente, Marx nota que tal crescimento será cada vez menor porque acontece no interior da própria jornada de trabalho – que se encontra limitada. Por ser um limite, aliás, conquistado durante um longo processo histórico de luta dos trabalhadores, não há um impeditivo, *a priori*, à elevação da jornada de trabalho como forma de ampliar o excedente, de maneira que Marx, ao assinalar essa tendência ao decréscimo da produção de valor de troca, afirma apenas uma tendência geral da sociedade assim constituída.

Apesar do substantivo crescimento da riqueza material, bem como do intercâmbio humano, o que se verifica é, portanto, o declínio da taxa de crescimento da riqueza social burguesa. O que marca uma contradição do seu processo de produção: constitui um potencial de produção que permitiria reduzir a jornada de trabalho ao mínimo de tempo de trabalho necessário para o conjunto social, mas essa potência não se efetiva, porque assume a forma capital, por meio do modo de trabalho que incorpora ao sistema de máquinas a divisão do trabalho manufatureiro, constituindo, assim, um processo de trabalho cujo caráter é ser meio para extração de *quantum* de trabalho (MARX, 2011, p.119-120; 590-591).

Em outras palavras, em vez de libertar os humanos de jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, destinadas unicamente à reprodução de crescente valor de troca consubstanciado em valores de uso, o potencial produtivo constituído com o avanço da reprodução do capital mantém os humanos confinados a esse horizonte estreito de produção, degradando sua existência. Longe de estabelecer o efetivo desenvolvimento da individualidade humana, nota-se a redução do tempo dedicado a outros aspectos da vida humana, enquanto é ampliado o tempo de trabalho, o que pode ser notado atualmente com o avanço, a passos largos, sobre o tempo de sono (CRARY, 2016).

O desenvolvimento da individualidade humana seria possível, para Marx, justamente pela apropriação do potencial produtivo engendrado pelo crescimento

do intercâmbio humano. O que significa a constituição de um processo de produção cujo objetivo seja produzir tempo disponível para que os humanos pudessem desenvolver os mais variados aspectos de seu ser. Ou seja, uma vida social na qual a riqueza seja o desenvolvimento humano e a pobreza seja somente a ausência de intercâmbio entre os humanos, restando ao trabalho uma posição declinante no conjunto das relações sociais.

Por meio da crítica à compreensão do dinheiro e do capital por parte da economia política e de seus críticos, Marx desenvolve, portanto, a relação de troca centrada no dinheiro, figurado como forma da riqueza social capaz de adquirir tudo que tem origem num específico processo social de produção. Tal processo, por sua vez, decorre de um padrão de relação social em que os humanos são independentes uns dos outros e dependentes dos resultados de seus trabalhos, materializados em seus bolsos. Essa explicação é possível porque Marx expõe um conceito de capital inteiramente novo no debate de seu tempo, que permite qualificar a sociedade burguesa de capitalista. Um conceito de capital que, apesar das transformações sociais dos últimos dois séculos, continua analiticamente relevante para compreender a sociedade contemporânea.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza e da pobreza, que interessa mais diretamente ao tema deste capítulo, nota-se que, nos *Grundrisse*, o autor explicita um processo social de produção de uma riqueza específica – valores de troca consubstanciados em valores de uso –, de forma que a riqueza é, efetivamente, o conjunto dos valores produzidos em escala ampliada. Em outros termos, a riqueza social capitalista é o *quantum* de trabalho sempre em crescimento, de forma que a abundância material apenas significa riqueza na medida em que expressa e engendra *quantum* de trabalho em crescimento. Do contrário, não configura riqueza.

Há, assim, uma afirmação da duplicidade da riqueza social capitalista que não se encontrava nos *Manuscritos*. Além disso, o fundamento dessa riqueza é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento, são degradados porque têm sua vida reduzida às jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, bem como a um horizonte de reprodução social enquadrado pelo movimento contraditório do processo de produção da riqueza social capitalista. Se nos *Manuscritos* a crítica de Marx à sociedade burguesa aponta para a condição humana estranhada perante o mundo que produz, nos *Grundrisse* essa condição é explicada pela própria forma das

relações sociais – independência pessoal e dependência coisal – cuja reprodução aponta para a possibilidade de uma nova sociedade, alicerçada no tempo disponível. No *Capital*, por sua vez, o autor explicita como essa forma de relação social está fundada numa dominação social abstrata.

Como se sabe, Marx inicia O Capital, um de seus trabalhos mais importantes, pela exposição da forma elementar da riqueza capitalista: a forma mercadoria. Se ela é valor de uso e valor de troca, a mercadoria é tanto a capacidade de satisfazer necessidades da fantasia ou do estômago, quanto uma coisa, tangível ou intangível, destinada à troca (MARX, 2013, p.113-114). E isso ocorre porque o sentido da produção, numa sociedade em que a sua forma social dominante é a mercadoria, passou a ser a troca. Por isso, os diferentes trabalhos concretos *se tornaram* trabalho humano sem mais – abstraídos de qualquer outra qualidade que não a de ser dispêndio de trabalho (MARX, 2013, p.114-117).

Não importa que sejam os mais diversos produtos das diferentes atividades humanas, pois suas especificidades são apagadas pela forma valor. Isso porque, no argumento de Marx, essa forma se tornou o meio para a subsistência humana, de maneira que, neste modo de socialização, é imprescindível o reconhecimento social dos trabalhos individuais. Ele ocorre, por seu turno, somente quando a troca da mercadoria se efetiva (MARX, 2013, p.148-150; 785-786).

Neste sentido, a mercadoria tem seu valor expresso na troca e, por conseguinte, o fundamento do seu valor de troca é o seu valor, cuja substância é o trabalho e a medida é o tempo (MARX, 2013, p.116-117). Embora essa medida seja composta por unidades uniformes, abstratas e vazias de sentido, a quantidade de valor incorporada em certa mercadoria é uma grandeza mensurada em termos sociais. Isso significa dizer que o tempo de trabalho dispendido na produção de certa mercadoria é normatizado pela média social para a produção desta mercadoria, de modo que os trabalhos privados não são diretamente sociais (MARX, 2013, p.148-150). Eles devem passar pelo teste da troca para serem parte da riqueza social capitalista – isto é, do *quantum* de trabalho por unidade de *tempo social* consubstanciada em valores de uso.

Justamente porque os trabalhos dispendidos nas mercadorias não são diretamente sociais, elas exprimem seus valores numa única mercadoria, que empresta o seu corpo e suas medidas para serem a “forma equivalente geral” da riqueza social. Essa mercadoria se torna, assim, dinheiro, cuja capacidade de comprar quaisquer mercadorias é, por seu turno, expressão da constituição

da troca generalizada de mercadorias como o modo de produção da vida social (MARX, 2013, p.135-136; 145).

Este modo de produção é estabelecido por uma mudança qualitativa na cisão entre os seres humanos: de um lado, encontram-se aqueles desprovidos dos meios para sua subsistência, precisando vender sua força de trabalho para sobreviverem; de outro lado, os proprietários dos meios de produção, cuja reprodução social consiste na contínua valorização de sua propriedade, o que exige colocá-la em contato com a força de trabalho para obter mercadorias. Numa condição ou noutra, portanto, os seres humanos precisavam transformar os resultados de sua atividade – ou a propriedade sobre a atividade de outros – em mercadorias. A transformação reside, aqui, na constituição da capacidade de trabalho, própria ou o comando sobre outras, como a forma da mediação social. No interior dessa relação, cabe notar, a propriedade já não é mais apenas propriedade, mas valor que se preserva somente por meio da sua contínua valorização. Numa palavra, capital.

Essa nova forma de mediação social enfeixa a própria cisão entre os seres humanos, colocando-os como produtores da sua própria dominação, ainda que eles não saibam. A explicação para isso está, novamente, na forma social da riqueza: o valor. Como parte do trabalho social total cada mercadoria é certa parcela do valor social total. Como exposto, é uma determinada “grandeza de valor”, de modo que o resultado do dispêndio de força de trabalho sobre os meios de produção é um conjunto de mercadorias que exprime parte do trabalho social total, sendo essa “parte” determinada pelo tempo médio com o qual a sociedade produz tais mercadorias. (MARX, 2013, p.117-118; 148-150).

Um exemplo: se a produção de certa mercadoria é realizada, em média, na proporção 50 unidades por jornada de trabalho ao valor de 500 libras, as indústrias que produzirem numa proporção inferior receberão abaixo da média (e vice-versa). Nesse exemplo, caso produzam 10 unidades de mercadoria por jornada de trabalho receberão 100 libras (caso produzam 60 unidades de mercadoria por jornada de trabalho receberão 600 libras).

Descrito assim, o trabalho individual que conta como social é aquele posto pela média da produção em determinado ramo da produção. A produção generalizada de mercadorias não é referenciada na produção individual, mas sim no conjunto dos produtores de mercadorias. Produzir mais de certa mercadoria em menos tempo do que os demais produtores desta mercadoria se torna a meta de

produção de todos, na medida em que a diferença entre a produtividade individual e a norma social abstrata (tempo de trabalho socialmente necessário) pode ser apropriada pelo capitalista individual na forma de mais-valor extraordinário. Uma vez vendidas, elas significariam maior quantidade de dinheiro para o seu produtor e, por isso, maior acesso ao trabalho social total. O que estabelece, assim, a concorrência como o modo de relação entre os produtores.

O resultado é, por um lado, um tipo de relação social na qual a produção individual deve ocorrer no mínimo em torno da média social, a produtividade média se impõe como norma temporal constituída pelos produtores individuais produzindo para a troca, mas se põe acima deles como algo estranho. Por outro lado, trata-se de uma sociedade na qual a reprodução da vida social está condicionada pela participação das pessoas no trabalho social total por meio da produção de mercadorias. Em outros termos: cada pessoa poderá satisfazer suas necessidades desde que consiga fazer seus trabalhos (seja pela venda de sua própria força de trabalho ou pela apropriação na forma de mais-valor) serem parte da produção social total. A recorrência da troca é, portanto, um imperativo dessa forma social.

Além de generalizadas, as trocas devem ser crescentes, tanto em termo de valores de uso quanto em termos de valor. Para os produtores individuais, a transformação dos frutos dos seus trabalhos individuais em meio de acesso a *maiores* parcelas da produção social expressas em dinheiro aparece como a única forma de satisfazerem suas crescentes necessidades. Entretanto, o crescimento das trocas não é explicado pelas necessidades individuais, mas sim pelo próprio sentido da produção social capitalista: ser valorização do valor. Aliás, as próprias necessidades crescem por conta do processo de valorização, pois ele gera crescente valor consubstanciado numa miríade de valores de uso.

Antes de explicar como o valor é expandido, cabe destacar que a busca por crescente produtividade tem um efeito sobre o valor das mercadorias que reforça a dinâmica social acima apontada. Partindo do exemplo anterior, se a média da produção social for 50 unidades de mercadoria por jornada de trabalho, com o dobro de produtividade, um produtor individual produzirá 100 unidades de mercadoria por jornada de trabalho. Com isso, obterá o dobro de valor dos demais (seguindo o exemplo, 1000 libras). A generalização desse processo de trabalho, porém, estabelece uma nova “média social” da produção desta mercadoria: 100 unidades de mercadoria por jornada de trabalho. Assim, o valor retorna à sua

quantidade inicial e reduz o valor por unidade de mercadoria, num movimento que força uma nova rodada de elevação da produtividade, pois os produtores operantes sob a nova norma não mais obtêm o valor dobrado, mas o mesmo valor pelo dobro de mercadorias. Ou seja, o valor individual das mercadorias caiu pela metade, permanecendo o valor total da produção idêntico ao valor antes do aumento da produtividade. Com efeito, todos os envolvidos no processo de produção são compelidos a ampliarem a produtividade, independentemente do tipo de relação pessoal que tenham – inclusive, as relações pessoais de dominação podem concorrer a favor desta efetivação.¹⁰

Enquanto nos *Grundrisse* Marx observa que o componente da produção que permite a expansão do valor é a força de trabalho, no *O Capital*, o trabalho no capitalismo é figurado, de forma explícita, como o meio pelo qual os seres humanos fazem parte da sociedade, é o seu dispêndio na transformação dos meios de produção em algo novo (valor consubstanciado em valores de uso) que reproduz e amplia o valor. Como os meios de produção são trabalho morto, eles são transformados em novas mercadorias, com valor ampliado, apenas mediante o contato com trabalho vivo. É da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor adicionado ao trabalho morto no processo de produção, explica o autor, que tem origem a parcela do valor que é apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Como eles pagam aos trabalhadores o valor de sua força de trabalho enquanto a empregam para além do tempo necessário à reprodução dessa força, obtêm um valor adicional (mais-valor) na produção de mercadorias. Assim, a extensão, a intensidade e a continuidade da jornada de trabalho têm lugar central na determinação do mais-valor gerado pela produção social (MARX, 2013, p.245-250; 270-274).

Com a passagem da manufatura para a grande indústria, já desenvolvida nos *Grundrisse*, passou a predominar o “mais-valor relativo” como meio principal de extração de mais-valor.¹¹ Por isso, a relação entre a força de trabalho e os meios de produção, em termos de valor, tornou-se crescente, de maneira que

10 Esse movimento de restabelecimento da unidade social do tempo foi destacado pelo historiador canadense Moishe Postone e denominado de “*treadmill effect*”, que poderia ser traduzido como “efeito esteira”, de modo que o esforço de produção social provoca um deslocamento da produção que não sai do lugar, em termos de valor (Postone, 2003, p.289-290).

11 Importante registrar que a extração de mais-valor na sua forma absoluta também implicou na elevação da produtividade, desenvolvimento técnico e outras transformações do processo de produção, contribuindo para a expansão do valor pela via da redução do valor da força de trabalho. Entretanto, essa forma esbarra no limite natural da expansão da jornada de trabalho.

uma parcela cada vez menor do capital está imobilizada em força de trabalho frente às máquinas e equipamentos que ela coloca em operação. Assim, também é reduzida a parte do capital responsável pela ampliação do valor. O que também força a concentração e centralização do capital em poucas mãos. As consequências desta redução da força de trabalho mobilizada frente aos meios de produção são, pelo menos, duas: por um lado, o declínio do crescimento do mais-valor, forçando o capital a ampliar as esferas da vida sobre seu domínio e complexificar suas formas de crescimento; por outro lado, crescente parcela da força de trabalho se torna excedente, do ponto de vista do capital (Marx, 2013, p.689-716).

O principal resultado desta “lei geral da acumulação” está em que a produção de riqueza material passa a prescindir cada vez menos do dispêndio de trabalho. Enquanto o trabalho for a forma da mediação social, o efeito da crescente inutilidade dos seres humanos na posição social de trabalhadores é, pelo menos, ampliar a concorrência entre eles, ao ponto de mobilizarem parcela crescente do seu tempo de vida para conseguirem se colocar como exploráveis pelo capital. Nessa linha, se a riqueza social é o valor consubstanciado em valores de uso, sua crescente produção tem como resultado o empobrecimento humano, porque amplia tanto o estranhamento dos seres humanos frente ao mundo objetivo por eles criado e frente a si mesmo – o crescente domínio do capital sobre as mais diversas esferas da vida – quanto estabelece como *práxis ad infinitum* a crescente produção de mais mercadorias em menos tempo. O que coisifica as relações humanas, colocando-as sempre em função da produção crescente de mercadorias em menos tempo.

Se o conceito de capital exprime a heteronomia dos seres humanos sob a generalização das suas atividades na forma mercadoria, ela pode ser caracterizada como um processo social de produção da vida que aparece como independente de nossas práticas sociais e, por conseguinte, das figurações que as subsidiam, cuja essência está na redução destas próprias atividades a certo *quantum* de trabalho. Quantidade esta que é abstrata, contínua e vazia de sentido humano, mas o meio pelo qual, nesta sociedade, mediamos nossas relações. Ou, na formulação sintética de Marx (2013, p.148 – grifo nosso)

[...] as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificada entre pessoas e relações sociais entre coisas.

A superação desta forma de dominação social baseada no trabalho como mediador das nossas relações sociais exige, segundo Marx (2013, p.833), “[...] expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”. Entretanto, cabe a questão: o que será expropriado? Neste caso, além da própria propriedade privada, transformada em produção socializada, deve-se abolir aquilo que molda a própria prática e suas figurações sobre o processo de produção: o valor. Ele será suprimido, em suma, por meio da expropriação do *tempo de trabalho excedente*, que permitirá aos seres humanos o *tempo disponível* para a constituição de um processo produtivo cuja expansão da riqueza material não implique o empobrecimento humano. Contudo, se essas condições materiais são produto do desenvolvimento da acumulação de capital, seu avanço parece ter levado consigo a subjetividade capaz de constituir essa “massa do povo” habilitada a emancipar a si própria.

Considerações Finais

O retorno aos escritos de Marx para a compreensão da riqueza e da pobreza na sociedade capitalista continua relevante para os debates contemporâneos porque, apesar das significativas transformações sociais e econômicas dos últimos dois séculos, este autor toma riqueza e pobreza como termos polares, que se definem mutuamente no processo de reprodução do capitalismo. Essa visada é ausente, quando não diretamente rejeitada, no horizonte dos estudos sobre desigualdade de renda e de riqueza. Esses estudos, via de regra, apontam para uma conclusão mais ou menos comum: a de que o problema da desigualdade pode ser resolvido não por um novo modo de produzir, distribuir, trocar e consumir a produção humana, mas pela divisão equitativa dos meios para a aquisição do valor, permitindo às potencialidades de cada um o ambiente para que, com o devido esforço, sejam efetivadas e, assim, logrem acessar determinado padrão de consumo. Até porque, no sistema capitalista, alguns autores apontam que certa desigualdade é bem-vinda, uma vez que incentiva a produção mantendo a coesão social. O problema estaria, na verdade, nos níveis disruptivos de desigualdade de renda e de riqueza, ou a “hiper-desigualdade”.

Nos escritos de Marx recuperados, percebe-se o caráter abstrato da dominação social nas sociedades em que predomina a forma mercadoria como o modo necessário e inescapável de expressão dos resultados da atividade humana. Sob

esta dominação, é constituída uma estrutura social cuja dinâmica de reprodução engendra uma abundância material, concentrada e centralizada na forma capital, e um empobrecimento dos seres humanos. Empobrecidos porque confinados à posição social de trabalhadores ou gerentes do capital, cuja prática social está condicionada ao desgaste de si mesmo para o enriquecimento de um mundo objetivo que termina por oprimi-los. O fenômeno da persistente desigualdade de renda e de riqueza constatado empiricamente por diversos estudiosos do tema é explicado, assim, no capitalismo, em vez de ser explicado a partir do capitalismo. Não é por acaso, então, que a solução do problema não está no plano da distribuição.

A superação do fenômeno da persistente desigualdade de renda e de riqueza, bem como a pobreza, está numa mudança radical das instituições, para falar na língua da literatura sobre o tema. Entretanto, esta transformação não está na instituição de uma concorrência justa no mesmo processo social de produção; mas, pelas razões expostas, num outro princípio organizador da produção social: o tempo disponível. Numa sentença, o modo de produção da vida social teria como princípio proporcionar tempo disponível para o enriquecimento humano. Ainda está em aberto o modo pelo qual este princípio será realizado.

Referências bibliográficas

- ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito?. São Paulo, Leya, 2016.
- BALTAR, Paulo. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. Texto para Discussão do IPEA (No. 2036), 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10419/121610>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BRAGA, Henrique P. Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos Manuscritos Econômico-Filosóficos e do Grundrisse. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v.6, n.10, p.29-43, 2018.
- _____. Rethinking Wealth and Poverty in Capitalist Society. In: *Wealth and Poverty in Contemporary Brazilian Capitalism*. London: Palgrave Press, 2022. p. 39-69.
- CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CRARY, Jonathan. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- DUAYER, Mario. Marx: The Method of Political Economy as an Ontological Critique. In: *Marx and Contemporary Critical Theory*. London: Palgrave Macmillan, 2020. p.113-128.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.
- FROMM, Erich. Marx's Concept of Man. Nova Iorque: Frederick Ungar Publishing, 1961.
- HOFFMANN, Rodolfo; JESUS, J. G.; ALMEIDA, S. S. P. A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017. Texto para Discussão, n. 45, 2018.
- KURZ, Robert. O retorno de Potemkin: capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LAKNER, Christoph; MILANOVIC, Branko. Global income distribution from the fall of the Berlin Wall to the great recession. *Revista de Economía Institucional*, v. 17, n. 32, p.71-128, 2015.
- LIPUMA, Edward, & POSTONE, Moishe. Gifts, commodities, and the encompassment of others. *Critical Historical Studies*, v.7, n.1, p.167-200, 2020.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. Grundrisse: esboço para crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O Capital: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. Marx's Theory of Alienation. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1972.

MORGAN, Marc. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. World Inequality Lab Working papers, 2017.

PIKETTY, Thomas. Capital in the twenty-first century. Cambridge [EUA]: Belknap, 2014.

_____. Capital and ideology. Cambridge [EUA]: Harvard University Press, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, L.. From hope to hate: the rise of conservative subjectivity in Brazil. *Journal of Ethnographic Theory*, v.10, n.1, p.21-31, 2020.

POSTONE, Moishe. Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical. Cambridge [England]: Cambridge University Press, 1993.

_____. The task of critical theory today: rethinking the critique of capitalism and its futures. In *Globalization, Critique and Social Theory: Diagnoses and Challenges*. s.l.: Emerald Group Publishing Limited, 2015. p.3-28.

ROBERTS, Michael. Bill Gates and 4bn in poverty. *The Next Recession* (blog). 05 abr. 2017. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2017/04/05/bill-gates-and-4bn-in-poverty/>. Acesso em: 31 jul. 2017.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SOUZA, Pedro Henrique G. F. D. Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitech/ANPOCS, 2018.

WORLD BANK GROUP. Poverty and shared prosperity 2016: taking on inequality. World Bank Publications, s.l.: 2016.

_____. Poverty and Equity Data: GINI index (World Bank estimate). 2020. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/poverty-and-equity>. Acesso em: 05 jul. 2023.

